

PFL quer espaço na renegociação

Caso não seja consultado, Congresso poderá rejeitar o acordo

A Comissão Especial do Senado para a Dívida Externa reuniu-se ontem com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e exigiu uma definição: ou ele discute previamente com a Comissão as propostas de reescalonamento a médio prazo da dívida e obtém dela apoio parlamentar às conversações de Nova Iorque, ou negocia sozinho, sem consulta antecipada ao Congresso, e assume o risco político de ver o acordo, após assinado, ser rejeitado pelo Legislativo.

“O senhor é o juiz”, disse-lhe, segundo seu próprio relato, o presidente da Comissão, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), durante a reunião, que durou quase uma hora, no Senado. Mailson não deu resposta imediata à proposta, conforme Chiarelli, e em entrevista no auditório do Ministério da Fazenda, duas horas e meia depois, assinalou que não foi à Comissão da Dívida pedir apoio à negociação, mas sim fazer uma visita de cortesia. “Não passou disso”, observou o ministro.

— Quisemos saber do ministro qual o espaço que caberia ao Legislativo no processo de negociação da dívida. Se não fomos ouvidos previamente — declarou Chiarelli — estamos liberados para não aprovar o acordo, embora, constitucionalmente, o Governo não seja obrigado à consulta antecipada ao Congresso, no caso.

A visita de Mailson à Comis-

são acabou, na verdade, sendo mais de cortesia. Ele não revelou números, nem antecipou posições de negociação que já não fossem conhecidas, sob a justificativa de que as conversações para o acordo de médio prazo ainda não começaram efetivamente, limitando-se à discussão de detalhes técnicos do acordo provisório assinado no final do ano passado.

FMI IMPRESCINDÍVEL

O ministro da Fazenda aproveitou a reunião para fazer a defesa enfática de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), utilizando dois argumentos básicos. O primeiro é de que o FMI mudou e, ao contrário do período 82/83, em que pregava processos de ajustamento rápidos que implicavam recessão e arrocho salarial, agora está consciente de que os acordos têm de levar em conta a necessidade de crescimento econômico dos países em desenvolvimento.

O outro argumento usado por Mailson junto à Comissão é de que um acordo com o Fundo abre as portas do mercado financeiro internacional ao Brasil, possibilitando o retorno à entrada de recursos externos necessários à retomada do crescimento interno, vindos do próprio FMI, dos bancos credores, do Clube de Paris e do Japão, que sozinho dispõe de 20 bilhões de dólares para emprestar aos

países em desenvolvimento. “Há uma predisposição do governo de que é imprescindível ir ao FMI”, informou o senador Itamar Franco, que também participou da reunião da Comissão ao lado dos senadores Fernando Henrique Cardoso, Virgílio Távora, Jamil Haddad e Leite Chaves.

O ministro da Fazenda reafirmou à Comissão que, apesar da posição do governo, de firmar acordos simultâneos com os bancos credores e o FMI, permanece a proposta de desvinculação entre os desembolsos dos empréstimos dos bancos e das parcelas do financiamento do Fundo.

Disse aos senadores, sem entrar em detalhes, haver sinais evidentes de disposição do governo dos Estados Unidos de colaborar para acordos satisfatórios ao Brasil, com os bancos e o FMI.

Na entrevista coletiva, Mailson negou que o chefe da equipe negociadora, Fernando Milliet, presidente do Banco Central, esteja negociando nos EUA um empréstimo junto ao governo americano para pagar, até fechar o acordo de médio prazo, parte dos juros que começam a vencer este mês. Reiterou que o Brasil só paga os chamados juros correntes se os bancos credores arcam com no mínimo 60 por cento de refinanciamento desses juros, que somarão 6 bilhões de dólares em 88.

Pazzianotto defende ida ao FMI

O acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pode dar uma nova dimensão à economia brasileira. Dependendo do que for estabelecido no acordo, o País poderá se beneficiar de um maior número de investimentos e lucrar com sua vida comercial normalizada no exterior. O argumento é do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Para ele, o País sofreu muito com a falta de investimentos nos últimos anos, “o que causou grandes dificuldades para a população e a economia como um

todo”. Pazzianotto disse ainda que o rompimento de um acordo internacional impõe o País ao isolamento e que todas estas questões têm de ser levadas em conta. Ele acha que a ida do País ao FMI por si só não é ruim, mas que é preciso lutar por um bom acordo.

O ministro entende que o País, sofrerá menos este ano com desemprego e greves, “sobretudo se tivermos uma Constituição razoável e objetiva”, falou. Acha que a pressão por aumentos de salários será menor e que a livre negociação ga-

nhará maior força, embora tenha crescido muito desde a sua gestão no Ministério do Trabalho.

Ele disse que embora vá sair candidato à prefeitura de São Paulo, continua ministro do Trabalho, interessado nas questões sob sua responsabilidade. Ele acredita que a política salarial não vá mudar agora e que poderá ser uma boa política se a economia continuar mostrando sinais de recuperação como vem ocorrendo nos últimos meses.